TL 4889

JUSTIÇA E PAZ

Folha Informativa

N.º 4
SETEMBRO 1989

JUSTIÇA E PAZ PARA TIMOR-LESTE

EDITORIAL

1. O anúncio da viagem de Sua Santidade João Paulo II a diversos países da Ásia, nomeadamente Indonésia e Timor-Leste, veio suscitar em Portugal, desde há vários meses, uma renovada atenção à situação que se vive naquela região. A continuada violação dos mais elementares Direitos Humanos e a persistente situação de desrespeito do direito internacional por parte da Indonésia, são factores que largamente o explicam.

Por outro lado, desde então, os países envolvidos, os representantes políticos do povo de Timor-Leste e as diversas organizações nacionais e internacionais directa ou indirectamente preocupadas com a situação que se vive naquele território, têm vindo a significar o seu interesse por aquela visita, sobretudo pelas implicações políticas que ela nunca deixaria de ter.

Neste contexto, e por razões inerentes à sua própria missão, decidira a Comissão Nacional Justiça e Paz (CNJP) consagrar este mesmo número do seu boletim informativo a Timor-Leste, no seguimento de outras iniciativas.

2. Entretanto, o modo como o anúncio público da visita do Santo Padre a Timor-Leste foi feito pelos serviços da imprensa do Vaticano, e as consequentes interpretações político-diplomáticas, deram um maior impacto político a esta visita pastoral. Não cabe no âmbito desta Comissão qualquer tomada de posição imediata a propósito de tais factos, tanto mais que do ponto de vista jurídico — e é importante recordá-lo aqui — não houve qualquer alteração da situação. A diocese de Dili, de que João Paulo II continua a ser o Bispo, na medida em que apenas tem nomeado um Administrador Apostólico, tem um estatuto autónomo e não se encontra integrada na Conferência Episcopal da Indonésia, ainda que pontualmente, e por razões pastorais, possa haver participação nalgumas das suas iniciativas.

Tal afirmação não significa que esta Comissão não tenha uma reflexão própria sobre a matéria ou se escuse a apresentar as suas expectativas relativamente à próxima visita do Santo Padre. Logo em Maio deste ano, a CNJP não só relançou uma campanha de informação internacional no âmbito eclesial, como procurou dar a conhecer a Sua Santidade as interrogações que a visita suscitara em Portugal e, sobretudo, em Timor-Leste, donde nos chegavam vários ecos e notícias concretas sobre a situação local.

3. Assim, e nas actuais circunstâncias, este boletim visa um duplo objectivo: informar as comunidades cristãs e a opinião pública sobre as acções que esta Comissão tem desenvolvido ou nas quais tem participado relativamente à situação em Timor-Leste; em segundo lugar, apresentar alguns elementos da sua reflexão a este propósito. A informação deste boletim está organizada em três pólos: notícias relativas às iniciativas em que a CNJP promoveu ou participou; informação sobre diversas posições da Igreja Católica e de grupos cristãos relativamente à visita do Santo Padre; e, por último, faz-se eco do apelo lançado à comunidade internacional por Monsenhor Belo, Administrador Apostólico de Dili, solicitando um referendo que, no actual contexto político, permita ao povo de Timor Leste exercer o seu direito à auto-determinação.

Como vem escrito no livro do Ecclesiastes, há um tempo para tudo; também na comunicação há um tempo para o silêncio e um tempo para a palavra. Sem qualquer intuito propagandístico, é tempo de dar a conhecer publicamente algumas das iniciativas que a Comissão Nacional Justiça e Paz tem desenvolvido, com o sentido que a sua missão é de serviço de Igreja no Mundo.

A VISITA DO PAPA A TIMOR-LESTE

Depois de participar no Congresso Eucarístico em Seul, em Outubro, o Santo Padre visitará a Coreia do Sul, as Ilhas Maurícias, a Indonésia e Timor-Leste.

Quando há já meses foi anunciada como provável pelos meios de comunicação social, a viagem suscitou em diversos meios, esperanças e alegria pelo que a presença do Papa pode significar de estímulo e apoio ao povo mártir de Timor-Leste. Mas também suscitou receios pelo possível aproveitamento político por parte da Indonésia no sentido de legitimar a sua ocupação daquele território. Os meios de comunicação social fizeram-se eco dessas esperanças e receios, por vezes com alguma especulação.

Ecos da Igreja de Timor-Leste

Particularmente receosos se manifestaram alguns cristãos de (sacerdotes, religiosos e leigos): «sabemos que o comandante supremo das forças militares em Timor reprovou vivamente o bispo e os padres, dizendo que a Igreja não quiz colaborar com eles, estando sempre contra a integração, mas «conseguimos trazer aqui o Papa, (e isso) é um êxito para nós (indonésios)» — Carta ao padre Tucci.

Em 15 de Abril, o Administrador Apostólico de Dili dirigiu uma longa Carta pastoral a toda a Igreja diocesana, no sentido de preparar a visita do Papa, na certeza de que Sua Santidade levará aos «seus filhos timorenses uma palavra de conforto, de esperança de apoio moral e espiritual» (leia-se excerto em caixa).

A CNJP escreve ao Papa

No mês de Maio, a Comissão Nacional Justiça e Paz de Portugal dirigiu-se por escrito a Sua Santidade *«com alegria mas com alguma preocupação, a propósito da próxima deslocação que o sucessor de Pedro fará à Ásia nomeadamente à Indonésia e a Timor-Leste»*, justificando: *«o significado profundo do gesto do Santo Padre ao visitar aquela região é para nós motivo de esperança. No entanto, a complexidade da situação leva-nos a recear um aproveitamento por parte da Indonésia no sentido de legitimar a sua política de ocupação e anexação de Timor-Leste».*

A terminar a carta, a CNJP afirmou esperar confiadamente que a visita do Papa *«seja ocasião de reconforto e ânimo para os cristãos e as Igrejas naqueles países para que possam prosseguir e aprofundar a sua missão de luta pela liberdade, pela justiça e pela paz».*

Empenhamento de outras Comissões Justiça e Paz

Outras Comissões Justiça e Paz, nomeadamente a de Espanha, Holanda, França e Japão dando sequência ao apelo que a CNJP de Portugal lhes dirigiu, ou por iniciativa própria, movimentaram-se informando-se e difundindo informações e exprimindo as suas preocupações e expectativas a propósito do anúncio da visita do Papa a Timor-Leste.

Confiança na presença e mensagem do Santo Padre

Em Junho a Conferência Episcopal Portuguesa publicou uma Nota Pastoral na qual retomou o que já afirmara em 1984: «Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria; e impedir-lhe traduz-se, não apenas num genocídio, mas num genocídio, digamos, «cultural», este mais grave do que o primeiro porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras.»

Depois de denunciar a exploração que «alguns procuram fazer dos sofrimentos do povo timorense para fins de propaganda ideológica» saúda todos os esforços sinceros para encontrar a solução justa para o problema. A nota termina afirmando que se a visita do Papa «vier a confirmar-se, não deixará de contribuir eficazmente para o desenvolvimento da vida cristã e para o estabelecimento da justiça, da liberdade e da paz em Timor-Leste. Disso será garantia a presença e a mensagem do Santo Padre».

Excerto da

Carta pastoral sobre a visita do Papa João Paulo II a Timor Oriental

«(...) O Santo Padre, desde que foi eleito Papa em Outubro de 1978, tem acompanhado de perto a vida social e política do Povo de Timor Oriental e a situação da Diocese de Dili. Depois de ter recebido notícias concretas sobre Timor do Monsenhor Martinho da Costa Lopes (Junho de 1983), e do Monsenhor Carlos Filipe (Junho de 1985 e Fevereiro de 1988), o Papa não tem cessado de rezar pelo Povo de Timor e pela nossa Diocese. Ele sabe que em Timor, a maioria da população é católica, grande devoto de Nossa Senhora, e que este povo alimenta grande amor ao Santo Padre — o Papa. *Ele sabe também que em Timor se sofre, se morre, que há abusos de direitos humanos.* E sabe também que apesar de todas as dificuldades, o Povo de Timor tem sabido manter-se firme na sua fé católica. Por isso, deslocando-se à Coreia do Sul, e à Indonésia Sua Santidade sente que não pode voltar a Roma, sem ter pisadado o solo de Timor e feito chegar aos seus filhos timorenses, uma palavra de conforto, de esperança e de apoio moral e espiritual. É ele próprio que quer vir. Ele sabe que o seu gesto é susceptível de interpretações políticas, mas ele está decidido a correr o risco de ser mal interpretado, e virá visitar o POVO DE TIMOR ORIENTAL.»

Carlos Filipe X. Belo
Bispo titular de Lorim
Administrador Apostólico
de Dili

A CNJP E A SITUAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Em Outubro de 1988, a presente Comissão Nacional Justiça e Paz, empossada no início desse ano, em continuidade com anteriores tomadas de posição da sua antecessora, e no seguimento de contactos com várias entidades e organizações, aprovou as suas «Linhas de orientação para o trabalho da CNJP relativamente à questão de Timor-Leste». Pela sua importância e actualidade, citam-se dois excertos:

— A acção da Comissão é orientada pela «*solidariedade* humana e cristã com o povo de Timor-Leste, que desde 1975, por força da invasão da Indonésia, sofre a violação quotidiana dos Direitos do Homem e é vítima de um genocídio físico e cultural (...). O sentido da *responsabilidade* nacional que, como povo, partilhamos no processo de uma colonização de séculos e da malograda tentativa de descolonização deste território, constitui uma particular motivação. O facto de o *cristianismo* ser reconhecido como importante elemento de identidade cultural e da Igreja Católica em Timor-Leste assumir as reivindicações e anseios do povo constitui uma forte interpelação para a acção da Comissão Nacional Justiça e Paz».

— «A CNJP na sua reflexão e acção não pretende — nem tal teria sentido num organismo de Igreja — substituir-se aos representantes do povo de Timor e às instituições portuguesas competentes, nem tão pouco indicar as situações jurídicas e políticas a definir pelos diferentes órgãos de soberania portuguesa (...). No entanto, a Comissão não pode deixar de sublinhar o direito do povo de Timor-Leste à sua auto-determinação, reconhecendo embora que na sua aplicação as soluções correctas adoptadas não são unívocas. Tais soluções, negociadas pela via diplomática, não poderão ser definidas sem a participação e responsabilidade dos diferentes representantes do povo de Timor-Leste, no exterior e no interior do território».

- A *Quarta Consulta Cristã sobre Timor-Leste*, realizada em Lisboa, de 22 a 24 de Janeiro de 1988 tivera já a participação desta CNJP, através da presença de um representante. Esta consulta realizada na sequência de três outras organizadas noutros países — Holanda, em Novembro de 1985 e Junho de 1986, Suiça em Fevereiro de 1987, foram organizadas com a colaboração internacional das Comissões Justiça e Paz da Holanda e Bélgica, da Pax Christi e do «Instituto Católico para as Relações Internacionais» (CIIR), sediado em Londres.
- No âmbito da colaboração de outras organizações, a CNJP participou ao longo de 1988 e 1989 em diversas iniciativas e reuniu-se com várias pessoas e grupos, envolvidas em acções de solidariedade com o povo de Timor-Leste. De entre elas, destaque-se a participação na jornada de trabalho sobre «*Timor-Leste: identidade do seu povo e prespectivas para o seu futuro*», promovidas pela Reitoria da Universidade do Porto, no dia 29 de Abril de 1989 no Círculo Universitário. De entre as organizações nacionais com as quais tem havido alguma forma de contacto, contam-se os grupos cristãos «*A Paz é Possível em Timor-Leste*» em Lisboa, e «*Paz e Justiça para Timor-Leste*» no Porto.
- Com as Comissões Justiça e Paz de outros países tem havido um trabalho continuado a nível europeu e um contacto regular com diversas Comissões Nacionais, nomeadamente de *Espanha, França, Bélgica, Holanda* e *Suiça. Também tem havido um intercâmbio de informações com o Conselho Pontifício Justiça e Paz, no Vaticano. Em Abril de 1989 houve, aliás, o lançamento de uma campanha informativa, no quadro do anúncio da visita do Papa a Timor-Leste.*
- Aproveitando a participação de uma delegação portuguesa ao *Encontro Ecuménico de Basileia* sobre «Paz Justiça e Salvaguarda da Criação», realizado de 15 a 21 de Maio deste ano, a CNJP procurou desenvolver uma acção informativa, em colaboração como os outros participantes, tanto católicos como das outras Igrejas Cristãs portuguesas representadas.
- No quadro do anúncio da visita do Santo Padre a Timor-Leste, várias iniciativas foram desencadeadas (Veja-se notícia ao lado). Em finais de Junho, eram recebidas com acrescida preocupação as notícias relativas ao aumento de perseguições e prisões de Timorenses, expressão de uma política de «apaziguamento» e «acalmia» por parte da Indonésia em ordem à «preparação» da visita do Papa. Em carta subscrita em conjunto com 13 outras organizações cristãs, a Comissão Nacional Justiça e Paz dirigiu-se a Sua Eminência o Cardeal Casaroli, Secretário de Estado do Vaticano, acerca da *situação de quatro estudantes* que, sentindo-se ameaçados por este clima de perseguição tinham pedido asilo político junto da Nunciatura Apostólica em Jacarta, não o tendo obtido. Estranhando tal situação, temia-se não só pela sua vida presente, mas sobretudo pela possibilidade de virem a ser vítimas de represálias ou a estarem condenados a viver como reféns no interior da Indonésia.

«VAMOS MORRENDO COMO POVO E COMO NAÇÃO»

Cartas de Monsenhor Belo, 6 de Fevereiro de 1989

Ao Secretário-Geral da ONU

(...) Tomo a liberdade de escrever a Sua Excelência o Senhor Secretário-Geral para levar ao seu conhecimento que o processo de descolonização de Timor Português ainda não está resolvido pelas Nações Unidas e convém não deixá-lo no esquecimento. Para nós, o Povo de Timor, pensamos que temos de ser consultados sobre o destino da nossa terra. Por isso, como responsável da Igreja Católica, e como cidadão de Timor, venho pedir ao Senhor Secretário-Geral, para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM. O Povo de Timor tem de ser ouvido através de um plebiscito quanto ao seu futuro. Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do Povo. É a Indonésia que diz que o Povo de Timor já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso, Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como nação.

O Senhor Secretário-Geral é democrata e amigo dos direitos humanos. Pois Sua Excelência demonstra com factos o respeito pelo espírito e letra da Carta das Nações Unidas que concede a todos os povos deste Planeta o direito de escolherem o seu próprio destino, livre, consciente e responsávelmente. Excelência: não há um modo mais democrático de saber a vontade suprema do Povo Timorense, a não ser a realização de um REFERENDUM promovido pelas Nações Unidas para o Povo de Timor. (...)

Ao Bispo de Setúbal

(...) Se ele (o Povo) quer a integração com a Indonésia, pois seja o Povo a dizê-lo através do plebiscito e não através das armas, da pressão psicológica ou do medo, como tem acontecido desde 1976 para cá. Se o Povo escolher ficar com Portugal, que o Governo de Sua Excelência Reverendíssima respeite a sua ligação moral e histórica para com este Povo. Se o povo escolher a autodeterminação, que lhe seja reconhecido esse direito. Mas não deixar o Povo de Timor dizer aquilo que sente, é a escravização mais sofisticada que só gera descontentamentos, injustiças e morte lenta.

Peço ao Senhor Dom Manuel para me ajudar nesta batalha do referendum para Timor Oriental. (...)

Os padres de Dili expressam a sua união a Monsenhor Belo em Julho de 1988

(...) De modo particular temos acompanhado desde o princípio numa reflexão atenta e objectiva tudo o que diz respeito ao nosso Bispo, partilhando plenamente os seus sentimentos, desejos, apreensões, e agora mais de perto o seu sofrimento. Chegou o momento de rompermos o silêncio. Não pedimos licença para falar, pedimos que nos reconheçam o direito de sermos ouvidos. (...)

A Igreja tem o direito e o dever de iluminar com a sua palavra e a sua doutrina as diversas situações humanas em que a dignidade da pessoa e dos povos estão em jogo. (...)

Carta da **Conferência Episcopal Holandesa** a Monsenhor Belo, em Junho de 1989

(...) Sabendo muito bem quão delicada já é a sua situação estou profundamente convencido de que o seu franco e corajoso apelo a um referendum como o meio mais democrático de conhecer o supremo desejo do povo timorense, só pode ser o fruto de uma ampla reflexão e uma amarga experiência desde a sua consagração como Administrador Apostólico em 1983, sobre a triste condição e implacável sofrimento do seu querido povo.

Como sinal de fraternidade, e símbolo de esperança e amor evangélicos, quero oferecer-lhe, a si e ao seu povo, a profunda simpatia e o firme apoio da comunidade católica da Holanda à sua corajosa luta. (...)

(Adrianus Cardeal Simonis)

«SOLIDÁRIOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS HUMANA»

A Comissão Nacional Justiça e Paz, publicou um relatório onde se procura fazer uma análise sobre a Sociedade Portuguesa, no momento presente.

O Secretariado da CNJP poderá fornecer cópia deste documento a quem o solicitar.

COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ

Av. Sidónio Pais, 20-5º-Dtº.
1000 Lisboa — Telef. 57 33 86

Composto e impresso nos Serviços da Cáritas Portuguesa